



## DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM CONTEXTO INTERCULTURAL: A INSERÇÃO DE IMIGRANTES NA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM MARINGÁ

Marta Tokunaga <sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo contempla parte de uma pesquisa de mestrado, a qual busca compreender o processo para inserção e continuação da aprendizagem do aluno imigrante internacional na rede pública estadual de ensino na cidade de Maringá – PR, a partir da análise das políticas públicas para educação voltada a imigrantes e das estratégias didático pedagógicas utilizadas por professores de Geografia para lecionar à imigrantes internacionais. A metodologia utilizada foi a qualitativa, o estudo qualitativo foi conduzido através da etnografia com pesquisa exploratória que a princípio iria coletar dados sobre a prática pedagógica com professores de Geografia através de entrevista semiestruturada, contudo a pandemia por COVI - 19, impôs mudanças importantes devido a necessidade de distanciamento social e a suspensão das aulas presenciais, as informações foram obtidas através de questionários respondidos eletronicamente. À luz dos resultados, discutidos com fulcro literatura consultada, ressalta-se que a inclusão de imigrantes internacionais por si só não resulta em garantia de aprendizagem significativa, é fundamental a oferta de formação continuada e melhores condições de trabalhos aos profissionais da educação para que consiga desenvolver junto com este aluno novas possibilidades para reterritorializar.

**Palavras- Chave:** Educação para imigrantes internacionais, interculturalidade, formação continuada, políticas públicas.

### RESUMEN

Este artículo incluye parte de una investigación de maestría, que tuvo como objetivo principal analizar las estrategias didácticas pedagógicas utilizadas por los profesores de Geografía para enseñar a los inmigrantes internacionales en el sistema escolar público de la ciudad de Maringá-PR, a partir de datos sobre el número creciente de inmigrantes en la ciudad y experiencia de los profesionales de la educación involucrados en el proceso de enseñanza-aprendizaje en la disciplina de la Geografía. La metodología utilizada fue cualitativa, realizada mediante levantamiento bibliográfico sobre el tema. A la luz de los resultados, discutidos con la literatura consultada, se enfatiza que la inclusión de inmigrantes internacionales por sí sola no resulta en una garantía de aprendizaje significativo, es fundamental ofrecer educación continua y mejores condiciones laborales a los profesionales de la educación para que pueda lograr desarrollar con este alumno nuevas posibilidades para reterritorializar.

**Palabras clave:** Educación para inmigrantes internacionales, escuela multicultural, educación continua.

### INTRODUÇÃO

Ao tomar consciência do espaço em que está inserido e dele se apropriar, o homem cria seu território. O espaço produzido é resultado da ação humana sobre a superfície

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de pós-graduação, mestrado em Geografia na Universidade Estadual de Maringá- UEM; [martasm@hotmail.com.br](mailto:martasm@hotmail.com.br), participante do grupo de pesquisa EDUPROGEO da Universidade Estadual de Maringá.



terrestre, as formas que este espaço adquire ao longo do tempo são produtos da tecnologia desenvolvida e empregada pelo homem e das relações sociais e culturais existentes em cada lugar. Nesse movimento socioespacial o ser humano não é estático, ao contrário, se desloca espacialmente desde os tempos mais remotos, por razões distintas, causas ambientais, por guerras ou questões econômicas, sempre buscando se reestabelecer em outro território.

Tendo por base o movimento migratório esta pesquisa<sup>2</sup> analisa as migrações internacionais e a educação como ferramenta capaz de auxiliar no processo de reterritorialização.

Assim sendo, destacamos que o objetivo da pesquisa é compreender o processo para inserção e continuidade da aprendizagem do aluno imigrante internacional na rede pública estadual de ensino a partir da análise das políticas públicas para matrícula deste estudante, bem como das práticas pedagógicas realizadas por professores, aqui os de Geografia para possibilitar a aprendizagem, considerando os desafios de um contexto escolar intercultural, com a presença de estudantes imigrantes internacionais que buscam inserção social e sobretudo conhecimento que o auxilie no processo de reterritorialização socioespacial. Reiteramos que os questionamentos desta pesquisa partiram de uma realidade pessoal vivida tanto na condição de imigrante (caso pessoal imigrante no Japão) quanto profissional, como professora da Educação Básica na rede Estadual de Ensino que presencia a dificuldade em lecionar para imigrantes que muitas vezes não compreende a língua falada em sala de aula e, ou possui dificuldades na adaptação cultural. As inquietações sobre se: a escola estaria plenamente disponível e acessível a população imigrante? Quais políticas públicas são viabilizadas para assegurar o acesso a rede pública de ensino a esse público? Quais estratégias de ensino têm sido utilizadas pelos professores, em especial os de geografia para garantir a aprendizagem ao aluno imigrante? nortearam a pesquisa.

Para responder tais questionamentos, buscamos subsídios em documentos oficiais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que afirma o direito à educação com base em três princípios: universalidade; gratuidade e obrigatoriedade. Seu art. 26 diz que o ensino será gratuito ao menos nos graus “elementares e fundamentais” e obrigatória em seu nível primário. Diz ainda que a instrução técnica e profissional deverá

---

<sup>2</sup> Este artigo é resultado de projeto de pesquisa desenvolvidos através do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado e Doutorado na Universidade Estadual de Maringá- UEM.



ser generalizada e o acesso aos estudos superiores “em função de seus respectivos méritos”. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, estabeleceu regras de acesso e permanência na escola ao declarar toda a educação básica como direito público subjetivo, exigível por qualquer pessoa nos sistemas de justiça. Diz o art. 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). E por fim a Lei de Migração no Brasil proposta através do Projeto de Lei, PLS 288/2013 que dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o imigrante. A nova lei substituiu o “Estatuto do Estrangeiro” de 1980, trata o movimento migratório como um direito humano, além de enfatizar a necessidade de combater a xenofobia e a discriminação contra o migrante.

A discussão sobre interculturalidade é amparada nos argumentos de Vera Maria Candau, Canclini (2004), Weissmann (2018), Araújo (2008), e a contribuição de Libâneo (2013), na medida que traz a figura do professor como responsável por mediar o processo de ensino aprendizagem. Ainda, as contribuições de Rosa (2014) destacando a importância da formação continuada como ferramenta necessária para dar suporte as metodologias utilizadas por professores em sala de aula, de Azambuja (2019), destacando a importância de superar a pedagogia tradicional para efetivar a aprendizagem dos estudantes, de Castellar (2019), quando fala dos desafios da contemporaneidade em ensinar Geografia, pôr fim a pesquisa que Pires-Santos (1999, 2004), desenvolveu em Foz do Iguaçu- Pr, na qual analisa o conflito linguístico entre o português e o espanhol com alunos denominados brasiguaios<sup>3</sup> e corrobora a necessidade de repensar metodologias que favoreça a aprendizagem de imigrantes . Todos esses estudos são fontes ou referências, que acrescentam aos citados documentos oficiais, para as reflexões integradas ao tema proposto.

Destacamos a importância da criação de políticas públicas pelo Estado que favoreça a interculturalidade nos espaços escolares, oferecendo principalmente formação

---

<sup>3</sup> Segundo Sprandel apud Santos, o termo “brasiguai” apareceu pela primeira vez em junho de 1985, quando mais de mil famílias de camponeses que viviam no Paraguai retornaram ao Brasil, cruzando a fronteira político-administrativa internacional no Mato Grosso do Sul, próximo ao Município de Mundo Novo.



continuada aos profissionais da educação, que têm como ferramenta para superar os desafios de contextos interculturais, muitas vezes somente a resiliência e materiais didáticos que não consideram as especificidades dos estudantes.

## **METODOLOGIA**

Para atingir os objetivos propostos, a opção metodológica adotada para a realização dessa pesquisa centrou-se numa abordagem qualitativa do objeto de estudo, num primeiro momento a partir da pesquisa documental e a análise de seu conteúdo. De acordo com Godoy (1995, p 21):

Algumas características básicas identificam os estudos denominados “qualitativo”. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

A análise documental constituiu uma rica fonte de dados, nesta pesquisa entendemos como documentos, materiais escritos como, jornais, revistas científicas entre outros, dados estatísticos oficiais e leis. Foram realizadas pesquisas em bancos de dados como, Google acadêmico e Scielo, bibliotecas virtuais de programas pós graduação em educação, sites oficiais do governo e documentos online com o uso de palavras para selecionar materiais, publicações que se aproximavam do debate acerca da escolarização de estudantes imigrantes.

A abordagem etnográfica buscou compreender como são superadas por professores de Geografia os desafios de mediar o conhecimento aos estudantes estrangeiros, as informações foram coletadas através da aplicação indireta de questionário, de forma online uma vez que a pandemia por COVID-19 impossibilitou a pesquisa de campo, as aulas ocorreram em 2020 de forma remota, na maioria dos casos com aulas gravadas, sem interação direta com os alunos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná, elaborou uma série histórica de matrículas de alunos estrangeiros no Paraná em Instituições de ensino com SERE- (Sistema Estadual de Registro Escolar) a partir de 2014, da rede estadual e municipal (com exceção da rede municipal de Cambé). Em 2014, havia 3818 alunos estrangeiros



matriculados na rede de ensino no Estado, em 2019 este número quase dobrou com 7863 alunos estrangeiros matriculados.

**Tabela 1- Série histórica de matrículas de alunos estrangeiros no Paraná em instituições de ensino com SERE por NRE**

<b>Ano</b>	<b>Número de Matrículas</b>
2014	3818
2015	4111
2016	5035
2017	4974
2018	7618
2019	7863

Fonte: Secretaria de Estado da Educação e Esporte (2020), elaborada pela autora (2020).

Com base nos dados apresentados pela Secretaria de Estado da Educação é possível perceber que ano após ano o número de imigrantes matriculados vem aumentando, em 2019 o número de estrangeiros matriculados mais que dobrou em relação à 2014. Os dados do censo escolar de 2020 para o Núcleo Regional de Educação de Maringá, aponta um total de 208 imigrantes, de várias nacionalidades, matriculados em colégios estaduais da cidade de Maringá-PR, em maior número encontra-se imigrantes oriundos do Haiti 94 matrículas e Venezuela 39 matrículas. Ambos países latino americanos que tem passado por crise financeira, política e no caso do Haiti ambiental em decorrência do terremoto que assolou aquele país no ano de 2010.

O grande número de imigrantes matriculados em colégios públicos na cidade de Maringá, faz nos questionar como ocorre o acesso pleno à educação pública por imigrantes. A matrícula de estrangeiros no sistema de ensino em todos os níveis e modalidades de ensino é assegurado aos estudantes estrangeiros de acordo com a deliberação nº09/01 do Governo do Estado do Paraná, aprovada em 01 de outubro de 2001 que consta no Plano Estadual de Educação, segundo o qual há duas maneiras de migrantes estrangeiros ingressarem no ensino regular no Estado: por classificação, que considera a matrícula na série compatível com a idade e equivalência de estudos incompletos realizado em outro país. O mesmo documento traz a seguinte afirmação:

Art. 35 – O aluno oriundo de país estrangeiro que não apresentar documentação escolar e condições imediatas para classificação, deverá ser matriculado na série compatível com sua idade, em qualquer época do ano, ficando a escola obrigada a elaborar plano próprio para o desenvolvimento de conhecimentos e



habilidades necessárias para o prosseguimento de seus estudos (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, p.6, 2001).

Portanto, todos os imigrantes em idade escolar devem estar matriculados na rede de ensino uma vez que há garantias legais para tal. Não devemos analisar, contudo, a inclusão do aluno estrangeiro como um fato por si só, é preciso repensar e adequar os meios para garantir em caráter de igualdade a aprendizagem, a fim de evitar a marginalização desse público na sociedade em que se inserem, portanto repensar metodologias de ensino é fundamental no processo de reterritorialização desses imigrantes.

### **O Desafio da interculturalidade em contextos educativos**

As diferenças culturais no âmbito da educação têm sido amplamente abordadas como elemento de combate aos preconceitos de gênero, raça, religião e padrões culturais.

A interação entre pessoas pertencentes a culturas distintas não se consegue apenas pelo seu contacto e aproximação, mas por políticas e estratégias de educação e formação que possibilitem a permeabilidade cultural, de modo a que todos se sintam culturalmente identificados e socialmente integrados. Porém, as medidas de política educativa e cultural que existem para enfrentar a realidade acima descrita, variam em função do contexto político, ideológico, histórico e sociodemográfico de cada país. (ARAÚJO,2008, p.53)

A escola constitui neste cenário um importante elo entre os imigrantes e a sociedade de acolhimento, portanto é imprescindível adequar a instituição escolar a realidade intercultural em que vivemos. Neste aspecto os conceitos de cultura e diferença no qual este trabalho se pauta precisa ser esclarecido. A interpretação utilizada para o termo cultura será a mesma de Velho (1994, p 63, apud CANDAU, 2011, p. 245) que afirma:

Hoje em dia cultura faz parte do vocabulário básico das ciências humanas e sociais. O seu emprego distingue-se em relação ao senso comum no sentido que este dá às noções de homem culto e inculto. Assim como todos os homens em princípio interagem socialmente, participam sempre de um conjunto de crenças, valores, visões de mundo, redes de significado que definem a própria natureza humana. Por outro lado, cultura é um conceito que só existe a partir da constatação da diferença entre nós e os outros.

A interpretação utilizada para o termo “diferença” será de Silva (2000, p.44 – 45, apud CANDAU, 2011, p. 245 - 246), que distingue diversidade de diferença, importante para discutir a perspectiva intercultural em que se situa a pesquisa.

Em geral, utiliza-se o termo [diversidade] para advogar uma política de tolerância e respeito entre as diferentes culturas. Ele tem, entretanto, pouca



relevância teórica, sobretudo por seu evidente essencialismo cultural, trazendo implícita a ideia de que a diversidade está dada, que ela preexiste aos processos sociais pelos quais - numa outra perspectiva - ela foi, antes de qualquer outra coisa, criada. Prefere-se, neste sentido, o conceito de “diferença”, por enfatizar o processo social de produção da diferença e da identidade, em suas conexões, sobretudo com relações de poder e autoridade.

A diferença cultural no ambiente escolar, aqui discutindo a problemática da inserção de alunos estrangeiros, implica um novo reposicionamento didático metodológico, impõem a sociedade o desafio de conviver com respeito as diferenças culturais, e aos governos a responsabilidade de criar políticas públicas que atenda a demanda por educação, entre outras tantas necessidades desses povos “desenraizados” que procuram criar novas raízes em outro território sem contudo abandonar as características de sua cultura.

A experiência da alteridade e da diversidade nas escolas implica repensar novas abordagens para atender o paradigma intercultural que impõem novos desafios teóricos e metodológicos ao nível da pesquisa, da prática docente e da formação profissional. Candau (2011), analisa as diferenças culturais no ambiente escolar como um desafio às práticas pedagógicas.

No âmbito da educação também se explicitam cada vez com maior força e desafiam visões e práticas profundamente arraigadas no cotidiano escolar. A cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, construída fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da modernidade, prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal. Nesta ótica, as diferenças são ignoradas ou consideradas um “problema” a resolver (p.241).

A relação entre diferentes culturas inerente ao processo de mundialização pelo qual passa a sociedade contemporânea, reflete na organização escolar, contudo a realidade no ambiente escolar é marcada por uma “política assimilacionista”, que conforme discute Candau (2008)

No caso da educação, promove-se uma política de universalização da escolarização, todos são chamados a participar do sistema escolar, mas sem que se coloque em questão o caráter monocultural presente na sua dinâmica, tanto no que se refere ao conteúdo do currículo quanto às relações entre os diferentes atores, às estratégias utilizadas nas salas de aula, aos valores privilegiados etc. (p.50)

A inclusão de imigrantes nas escolas não é garantia de uma aprendizagem significativa. É preciso ir além de apenas incluir esses alunos no ambiente escolar, desenvolver ações de acolhimento, repensar metodologias de ensino que garanta uma



aprendizagem significativa e, pensar um currículo que incorpore a diversidade étnico cultural presente neste ambiente.

Repensar novas metodologias dentro de uma abordagem intercultural no espaço escolar, implica várias constatações; a primeira, é que se trata de um processo inevitável tendo e vista que as sociedades estão ou serão cada vez mais multiculturais; que é preciso aprimorar estratégias para promover a relação entre culturas sem anular a identidade de cada uma delas; que um dos objetivos da educação escolar é favorecer o convívio e integração entre culturas, baseada numa relação de respeito à culturas diferentes para o enriquecimento mútuo.

A escola precisa passar por mudanças e a construção identitária passa ser um dos grandes desafios das políticas educacionais e dos profissionais de educação também no Brasil contemporâneo. A necessidade de reverter a imagem de uma instituição semelhante a uma máquina de reproduzir, que considera os sujeitos que a compõem homogêneos, faz com que tenhamos de repensar perspectivas para uma educação inclusiva que privilegie demandas reais como a de estudantes com dificuldades de aprendizado, imigrantes que muitas vezes não dominam o idioma nem conhecem a cultura local, além da necessidade em oferecer condições de trabalho apropriada aos profissionais da educação através de investimento em formação continuada.

No que tange à formação continuada, devemos partir da premissa que a experiência produz saberes na medida em que o educador reflete sobre sua própria prática mediatizada pelas práticas de outrem, por meio de diálogos com outros colegas ou por meio de leituras produzidas por outros professores. Por esta razão, a valorização da experiência na construção de dinâmicas de formação continuada torna-se fundamental (ROSA, 2014, p. 51, apud, Silva e Leite, 2018, p.23).

A reflexão sobre o papel da escola e do professor para a inserção de alunos imigrantes no ensino é um passo na direção da mudança para uma escola voltada ao desenvolvimento do pensamento crítico, e para formação de sujeitos autônomos, capazes de pensar de maneira independente e conviver ativamente em sociedade. A crença positivista de que a escola deve formar o indivíduo para absorver e reproduzir experiências que sirvam para o progresso da humanidade e que seja capaz de ensinar tudo a todos, ao mesmo tempo, como se os alunos fossem seres desprovidos de mente, precisa ser questionada e superada. É necessário reformular políticas educacionais, práticas e procedimentos metodológicos que favoreça o diálogo entre culturas diferentes a fim de



enriquecer os conteúdos, favorecer a interdisciplinaridade e promover o respeito e a empatia no ambiente escolar.

O modelo de educação preconizado atualmente no Brasil representa a dualidade de uma sociedade que vive na era da informação, que se modifica o tempo todo e que tem aprendido a pensar através da transitoriedade causada pelo acúmulo de informações e uso de tecnologias; ao mesmo tempo em que vive um modelo de educação baseado em práticas uniformizadoras que não considera as particularidades dos sujeitos, é impregnada de um discurso que visa promover a inclusão de minorias sociais, que reconhece a autonomia dos profissionais em sala de aula, mas que não tem êxito na prática, apesar de possuir algum amparo das políticas públicas.

Um exemplo prático de ação uniformizadora no ambiente escolar são as avaliações. Segundo a Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro, publicada pelo Ministério da Educação, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a avaliação do rendimento escolar deverá ser contínua, cumulativa e diagnóstica. Seguindo esses critérios, podemos dizer que a avaliação contínua e acumulativa não tem o objetivo classificar ou selecionar, mas deve estar fundamentada em aprendizagens significativas e funcionais.

Para Candau (2016) contudo, entre os aspectos que fundamentam o sistema de ensino, sobretudo em países como o Brasil, estão a avaliação e a gestão. Multiplicaram-se as avaliações em larga escala, nacionais e estaduais para medir o conhecimento dos alunos em determinadas áreas e traçar metas para os gestores.

A partir de 2019, foi instaurado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), sistema que existe desde os anos 90 e que, agora, nomeia o conjunto de avaliações da Educação Básica como a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e a Prova Brasil. No Paraná foram instituídas a partir do ano 2019 aos menos 3 avaliações anuais para os estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, a Prova Paraná, além das provas nacionais, mencionadas anteriormente. Deste modo o processo de ensino aprendizagem é norteado ou se restringe a atender a demanda pelos conteúdos exigidos nessas avaliações. A gestão dos sistemas de ensino garante o monitoramento deste processo a fim de identificar os pontos frágeis. A partir disso, os órgãos responsáveis devem definir ações e direcionar recursos para corrigir essas distorções e melhorar a



qualidade do ensino. Esse modelo corporativo não se preocupa com as especificidades de cada estudante, os resultados geram números que não sendo satisfatórios devem ser superados mesmo sem oferecer aos professores meios para tal, como capacitação contínua, número reduzido de alunos por turma para que o professor consiga atender as demandas individuais, ferramentas atualizadas que supere o quadro de giz e o livro didático, em outras palavras a educação fica reduzida a questões operacionais.

É desafiador incluir alunos estrangeiros e garantir-lhes uma aprendizagem significativa num sistema de ensino como o descrito acima. Ampliar e adequar o conhecimento que o aluno traz consigo sem deixar de relacioná-lo com outros espaços é essencial. Para que isso ocorra é preciso conhecer a realidade, identificar possíveis problemas e compartilhar as soluções. Discutir essas questões é abrir espaço para ouvir os profissionais da educação a respeito da realidade vivida em sala de aula suas dificuldades e compartilhar também soluções, com a convicção de que a mudança é necessária, e que a transmissão de conhecimento não é mais privilégio da escola.

A atividade essencial de uma escola é assegurar a relação cognitiva do aluno com a matéria, ou seja, a aprendizagem dos alunos, com a ajuda pedagógica do professor. O professor é o mediador desse encontro do aluno com os objetos de conhecimento. O professor introduz os alunos no mundo da ciência, da linguagem, para ajudar o aluno a desenvolver seu pensamento, suas habilidades, suas atitudes (LIBÂNEO,2001, p.22)

Cada sala de aula é um “mundo” em sua complexidade, cada estudante traz consigo, emoções, dificuldades e conhecimento que devem ser levados em consideração no processo de ensino aprendizagem e o professor é quem deve gerir toda essa complexidade em um primeiro momento. Problemas evidenciados neste processo têm sido apontados em pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos, porém, a grande dificuldade tem sido propor soluções que se apliquem a realidade. Um desses problemas diz respeito as condições de trabalho docente considerando que cada professor trabalha em média com uma carga horária de 40 horas semanais distribuídas na maioria das vezes em vários colégios e dependendo da disciplina,<sup>4</sup> com até 15 turmas. Isso representa um total de aproximadamente 450 estudantes, cada um com uma bagagem de conhecimento e experiências diferentes, neste contexto o processo de ensino aprendizagem torna-se superficial e mecânico.

---

<sup>4</sup> Algumas disciplinas possuem uma carga horária menor que outras, a disciplina de Geografia por exemplo, possui 2 aulas no Ensino Médio e 3 no Ensino Fundamental no Paraná.



Outra questão importante é a formação continuada no espaço escolar, pois representa um momento de reflexão sobre a prática pedagógica e a busca por saberes que possibilitem a superação das dificuldades, da escola, do professor e dos alunos, portanto deve ser contínua e o distanciamento entre teoria e prática de ensino na formação acadêmica que precisa ser superado, Castellar (2019) afirma que:

A educação escolar na contemporaneidade enfrenta diversos desafios, dentre estes os contextos diversificados, o que exige dos futuros professores tanto conhecimento teóricos sólidos quanto práticos que lhes permitam atuar nos diferentes sistemas de ensino, com destaque às escolas públicas. Isto consolida uma demanda efetiva às universidades que é a produção de conhecimentos que subsidiem na licenciatura uma formação de professores que seja sólida em suas bases teóricas e práticas interdisciplinares (p.3).

Diante de um público heterogêneo e um ambiente de trabalho tão complexo, o professor adota uma postura quase de inconsciência epistêmica diante de sua prática, cria novas diretrizes com o objetivo de organizar seu trabalho, procurando resolver os problemas neste ambiente a partir de saberes práticos que adquiriu no exercício de sua docência.

Algumas pesquisas nos dão ideia de problemas enfrentados por professores e alunos imigrantes no ambiente escolar quando o conhecimento teórico e o apoio didático pedagógico são insuficientes. Pires-Santos (2004), desenvolveu pesquisa para analisar o conflito linguístico entre o português e o espanhol com alunos denominados brasiguaios<sup>5</sup> na fronteira de Foz do Iguaçu no PR com o Paraguai, a pesquisa aponta a dificuldade de alguns professores em trabalhar num ambiente intercultural e reafirma a ideia de que a falta de capacitação leva os profissionais a uma prática homogeneizante.

A escola, muitas vezes se posicionando enquanto reprodutora ou matriz da disjunção entre o mundo do conhecimento objetivo, científico – o mundo dos objetos – e o mundo intuitivo, reflexivo – o mundo dos sujeitos [...]toma como ponto de partida uma prática que visa transmitir um saber, ignorando a perspectiva do Outro, ou seja, nega a subjetividade do aluno. Esta atitude significa a busca da essência, do Uno, em que delimita “o aluno” ou o “brasiguai” dentro de fronteiras que excluem outras possibilidades, sem mesmo considerar a complexidade que essas denominações recobrem (PIRES-SANTOS,2004, p.228).

---

<sup>5</sup> Segundo Sprandel apud Santos, o termo “brasiguai” apareceu pela primeira vez em junho de 1985, quando mais de mil famílias de camponeses que viviam no Paraguai retornaram ao Brasil, cruzando a fronteira político-administrativa internacional no Mato Grosso do Sul, próximo ao Município de Mundo Novo.



Considerar a relevância da interculturalidade para ressignificar os processos educativos no ambiente escolar, significa quebrar os paradigmas estabelecidos com base em uma sociedade monocultural que não existe em um mundo dito globalizado. Para mudar é preciso conhecer a realidade escolar partindo da experiência de quem media o conhecimento e convive com a necessidade de superar as limitações de seu ambiente de trabalho, os professores.

### **Considerações Finais**

A necessidade de adequação do ambiente escolar para atender as necessidades de uma sociedade cada vez mais multiétnica perpassa a formação continuada para capacitar os professores a ensinar nesta nova realidade que é ampla e inclui também estudantes com dificuldade de aprendizagem. Nesta perspectiva, é possível inferir que os saberes necessários ao ensinar não se restringem ao conhecimento dos conteúdos das disciplinas, pois como afirma Azambuja (2018, p.19) a finalidade da escola é,

Oportunizar espaço tempo para a necessária relação das pessoas com o conhecimento. O trabalho formativo de apropriação recriada do saber científico constitui a centralidade da instituição escolar. Uma educação libertadora precisa assumir essa finalidade, ou seja, realizar com qualidade o acesso às ferramentas culturais e científicas da humanidade.

Os professores de Geografia que participaram desta pesquisa relacionaram a falta de compreensão da língua portuguesa à principal dificuldade de estrangeiros no processo de aprendizagem, nos casos em que o aluno estrangeiro não compreendia a língua portuguesa as aulas ficaram limitadas aos estudantes nativos. Muitos profissionais ainda acreditam que a responsabilidade do aprendizado depende unicamente do esforço do aluno imigrante que deve se adequar ao sistema que já está posto. Como professora atuante na rede pública de ensino conheço bem as limitações do sistema que inclui os “diferentes” para homogeneizá-los em um sistema com conteúdos programáticos rígido e avaliações constantes.

Repensar metodologias de ensino que supere o ensino tradicional pautado em aulas expositivas com o uso de recursos insuficientes como o quadro de giz e livro didático é fundamental para garantir qualidade e aprendizado significativo a todos os estudantes, incluindo os estrangeiros. Neste contexto as metodologias ativas têm sido evidenciadas como importantes ferramentas didático-pedagógicas para os processos de ensino-aprendizagem em diferentes contextos educacionais pois sugerem uma mudança



na dinâmica do espaço de ensino aprendizagem, colocando o aluno no centro do processo e não mais o professor.

Para o ensino de Geografia, elas podem colaborar no entendimento e interpretação da realidade social histórica, desafiando os estudantes a refletirem sobre sua condição cidadã e o contexto socioespacial em que estão inseridos. Há inúmeras estratégias que auxiliam o professor na promoção de uma aprendizagem mais ativa. A aprendizagem colaborativa segundo Tuna (2012) é a primeira tarefa para uma aprendizagem ativa, envolver o aluno imigrante internacional em grupos de discussão por exemplo, irá promover a troca de conhecimento político, ambiental e socioeconômico entre os estudantes, estimular atitudes e valores.

Oportunizar aos estudantes imigrantes internacionais as mesmas condições de aprendizagem que o estudante brasileiro não é uma mudança simples de ser efetivada, posto que é necessário repensar desde políticas públicas à metodologia de ensino utilizada por professores no processo de ensino. O uso de metodologias ativas pode auxiliar na aprendizagem em sala de aula, contudo a mudança deve ser ampla não se restringindo apenas ao professor e a sala de aula.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sônia Elvira Fernandes de Almeida. **Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural**. – (Teses: 17)

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. **A Geografia do Brasil na Educação Básica: Uma didática para o ensino da formação socioespacial brasileira**. Curitiba: CRV, 2018.

BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de maio de 2017a. Disponível em: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm) Acesso em: 16 nov. 2018. > [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm)

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidade**. Barcelona: Gedisa, 2004.

CANDAU, Vera Maria (org). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação “outra”?** Rio de Janeiro: Letras, 2016.

CANDAU, Vera Maria. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas**. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011

CASTELAR, Sonia Maria Vanzella. **Raciocínio geográfico e a teoria do reconhecimento na formação do professor de Geografia**. In.: **Signos Geográficos**. Goiânia-GO, V.1, 2019.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Deliberação n° 07/2005-CEE/PR** de 09/12/2005.

\_\_\_\_\_. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: Acesso em: 26 jun. 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria prática**. 6.ed.rev.e ampl. – São Paulo: Heccus Editora, 2013.

PIRES SANTOS, Maria Elena. **O cenário multilíngüe/multidialeto/multicultural de fronteira e o processo identitário “brasiguai” na escola e no entorno social**. – Campinas: UNICAMP, Doutorado em Linguística Aplicada, 2004. (Tese de Doutorado).

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE- SEED. **Censo escolar**. Paraná, 2020.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
**GEOGRAFIA**  
5ª EDIÇÃO ONLINE

Tuna, F. (2012). **Students' perspectives on active learning in Geography: a case study of level of interest and usage in Turkey**. European Journal of Educational Studies, 4(2), 163-175.

WEISSMANN, Lisette. **Multiculturalidade, Transculturalidade, Interculturalidade**. Revista Construção Psicopedagógica, 26 (27): 21-36.